

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Kaingang PR 249  
Data 31/07/93 Pg.: 6 - Mulher

MILITÂNCIA

# Índio não quer apito. Índio quer palpitar

*Azelene Krieg Inácio, da tribo Kaingang, chega ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher com apoio de Itamar Franco*

Eveline de Assis

FOTOS: ZULEIKA DE SOUZA

**F**az tempo que índio queria apito. Hoje ele quer saúde, educação e casa para morar. Pelo menos é essa a bandeira da índia Kaingang Azelene Krieg Inácio, que acaba de ser nomeada membro efetivo do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, pelo presidente Itamar Franco. Em pouco menos de 15 dias a índia teve sua vida completamente alterada e o Brasil deu dois grandes passos no sentido de valorizar e diminuir a discriminação contra comunidades minoritárias.

O outro passo importante foi a nomeação, também de Azelene, para ser a representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) no estado do Paraná. Formada em sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a índia é uma das poucas cidadãs indígenas que conseguiu estudar e terminar um curso superior. Para tanto contou com o apoio de seu avô e de seu pai, caciques da tribo por muitos anos. Mas, segundo ela, não teria feito faculdade sem a grande ajuda da Funai que inclusive lhe ofereceu a bolsa de estudos.

Atualmente Azelene é assessora especial para Assuntos Indígenas do Governo do estado do Paraná, função que assumiu em 1991, após sua formatura. Os índios Kaingangs vivem em Mangueirinha, no Paraná, e no sul de Santa Catarina, mas o trabalho desta índia não se restringe a eles. Atualmente existem 11 mil índios espalhados por 81 mil hectares no território paranaense em 16 áreas distintas, todas acompanhadas pessoalmente pela assessora.

**Miséria** — A Assessoria Especial para Assuntos Indígenas vem desenvolvendo um trabalho no sentido de melhorar a condição de miséria em que vivem essas comunidades. A prioridade foi a agricultura e a assessoria já garantiu, através da Secretaria Estadual de Agricultura, recursos de Cr\$ 8 bilhões que serão destinados à produção direta de alimentos, a agricultura de subsistência.

Na área de educação está sendo priorizado o ensino bilingue, com o objetivo de resgatar parte da cultura indígena. "A gente alfabetiza e ao mesmo tempo ensina a língua da tribo à criança", disse Azelene. Na questão da saúde a assessoria está propondo ao governo estadual a criação de farmácias básicas, sendo que, paralelamente, será desenvolvido um trabalho com a medicina indígena que se utiliza de ervas e raízes.

Mangueirinha é considerada a maior reserva natural de araucária do mundo, entretanto, na região, não existe matéria-prima para a construção de casas. Em função disso foi proposto ao governo do Paraná a construção de casas para a comunidade indígena e, em troca, ela reforestará áreas propor-



Formada em sociologia pela PUC do Paraná, Azelene Krieg Inácio assume nesta segunda-feira, o cargo de conselheira do CNDM com a disposição de melhorar as condições de vida das comunidades indígenas, especialmente da mulher que, segundo ela, "precisa conquistar espaço e crescer junto com o homem índio"

cionais ao número de casas construídas, com o apoio de órgãos ambientais federais e estaduais.

Azelene faz questão de frisar que todas as propostas não têm cunho paternalista, mas de conscientização das comunidades indígenas da necessidade de autogestão e auto-

sustentação. Para isso foram criadas entidades jurídicas, a partir de lideranças comunitárias, a fim de que os recursos sejam liberados diretamente para a comunidade e por ela administrados, um fato inédito no País.

**Indicação** — Partindo do trabalho realizado pela assessoria, Azelene abriu ou-

tra frente de batalha que é a criação de espaços semelhantes em todos os estados do Brasil que tiveram reservas indígenas, a exemplo do Estado do Paraná. A indicação de Azelene para membro do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher partiu do deputado federal Ro-

berto Freire (PPS/PE), partido a que ela pertence. Com relação à política ela garante que não tem aspirações, sua única intenção é melhorar as condições de vida das comunidades indígenas.

A partir de sua posse, marcada para segunda-feira, Azelene acredita poder criar novos espaços para seu povo e realizar ações concretas, como por exemplo tirar as índias das aldeias e trazê-las para discutir, junto com as mulheres da sociedade não-índia, os problemas que são comuns a todas, além de saídas para eles. "A mulher índia, até por uma questão cultural, vive restrita ao espaço físico da aldeia, mas ela precisa sair e buscar esses espaços a fim de crescer junto com o homem índio", disse.

Em todo o País existem menos de cem índios, entre homens e mulheres, que conseguiram chegar a um curso superior. No Sul, Azelene é a única e sonha em ver as comunidades indígenas organizadas como nações fortes, independentes, trabalhando junto com toda a comunidade, porque "o Brasil é de todos nós e precisa ser passado a limpo", concluiu Azelene.

**Funai** — Com relação à Fundação Nacional do Índio (Funai), elo de ligação entre o Governo Federal e a comunidade indígena, Azelene informou que hoje em dia a atuação é precária, principalmente porque suas ações foram pulverizadas com os decretos presidenciais de fevereiro de 1991. "Com isso os recursos foram distribuídos entre os ministérios e não chegaram mais às comunidades", disse a índia Kaingang, que também abraçou mais esta luta pelo fortalecimento da Funai, solicitando ao presidente Itamar e ao ministro da Justiça Maurício Corrêa a revogação dos decretos.

"Nossa luta hoje é para resgatar a Funai, inclusive temos vários índios preparados para assumir funções no órgão. Eu, particularmente, vivo sem a Funai, mas se ela acabar as comunidades indígenas não teriam condições de sobreviver. Queremos que os recursos voltem a ser gerenciados pela Funai. Bem ou mal quem está junto com o índio nas reservas é o funcionário da estatal. Antes ele tinha recursos, poucos mas tinha, agora não tem nenhum. Mesmo assim ele está lá, dando apoio às comunidades", afirmou.

Ainda sobre a Funai, Azelene disse que o órgão necessita de uma ampla reforma administrativa, por vários fatores. Um deles é a questão da discriminação. "Sofrer discriminação e preconceito é intrínseco ao índio. Mas por incrível que pareça, o preconceito contra o índio existe dentro da própria Funai. De acordo com Azelene a discriminação contra o índio jamais vai deixar de existir, mas é preciso que não o impeça de chegar aonde quiser, como aconteceu com ela mesma.